



1
2
3
4

APROVADA

ATA DO PLENO EXTRAORDINÁRIO DO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2018

5 No décimo oitavo dia do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito, às nove horas
6 e trinta minutos, é declarado aberto por existência de quórum, o Pleno Extraordinário
7 do Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do
8 Adolescente do Recife - COMDICA, na sede do órgão, situado na Rua Benfica, nº 373
9 - Madalena, Recife-PE, e a presidente Maria do Livramento de Aguiar coloca para
10 deliberação os seguintes temas em pauta: **APRESENTAÇÃO DO FÓRUM DE**
11 **APRENDIZAGEM DE PERNAMBUCO; APRESENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO DO**
12 **PLANO MUNICIPAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA (PMPI); DIÁRIAS PARA**
13 **CONSELHEIROS(AS) - V CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOLOGIA: CIÊNCIA**
14 **E PROFISSÃO E A CAPACITAÇÃO SOBRE MONITORAMENTO DO PLANO**
15 **MUNICIPAL SOCIOEDUCATIVO E, POR FIM, INFORMES GERAIS.** *Participaram do*
16 *pleno na condição de conselheiras(os): Maria do Livramento de Aguiar (CRP); Vesta*
17 *Pires Magalhães Filha (Procuradoria Geral do Município); Luciana Martins e Ana*
18 *Maria Vasconcelos (AACD); Ana Paula Lins e Silva (ESPRO); Daiane Cristina*
19 *Cardoso da Silva (RENAPSE); Rafaela Ribeiro Saraiva da Costa (CRESS) e, também,*
20 *os seguintes representantes da sociedade civil: Tânia Tenório (Gestos); Lígia Cabral*
21 *Barbosa (RMPI - Rede Primeira Infância); Jailton Raniere (FORAP); Simone Brasil*
22 *(FORAP) e, por fim, Simone Melo (Secretária Executiva do COMDICA); os/as*
23 *técnicos/as do COMDICA, Anderson Ferreira, Aurely Macedo, Roberta Sartori, Neiva*
24 *Barros (Sociopedagógico); Simone Maria e Carlos Silva (Financeiro) e Angélica*
25 *Araújo (Comunicação).* A presidente inicia o pleno fazendo a leitura da ordem do dia e
26 propõe uma alteração na pauta, acrescentando o ponto referente a X Conferência
27 Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para que seja aprovada a
28 convocatória. O colegiado acata o acréscimo. Seguindo a pauta, a presidente solicita
29 que o Fórum de Aprendizagem de Pernambuco (FORAP) inicie a apresentação. A
30 auditora fiscal do trabalho e representante do FORAP, Simone Brasil, coloca que
31 trabalha efetivamente nas questões referentes a aprendizagem. Ela diz que as
32 empresas que tem a partir de 07 (sete) empregados tem a obrigação de contratar,
33 pelo menos, 01 (um) aprendiz. A auditora afirma que o ministério está expandindo a
34 fiscalização para todo o Estado a partir das fiscalizações eletrônicas. Sobre o FORAP,
35 Simone explica que é um fórum múltiplo composto por instituições formadoras,
36 fiscalizadoras, secretarias de Estado e município e, ainda, empresas. O objetivo do
37 fórum é discutir, divulgar e fomentar articulações para que a aprendizagem se
38 desenvolva, diz a representante. Ela afirma também que a aprendizagem hoje é uma
39 das principais políticas de inclusão de jovens. O trabalho realizado envolve jovens em
40 situação de trabalho infantil e em condições de múltiplas vulnerabilidades, coloca a
41 auditora. Simone afirma ainda que o FORAP está vivendo um momento tenso por
42 conta das reformas que estão sendo propostas pelo empresariado nacional
43 (Federação das Indústrias) para a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Com
44 a reforma existe a possibilidade de redução de até setecentos mil vagas de
45 aprendizagem em todo o Brasil, diz a auditora. Ela diz que hoje existem convenções



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

46 coletivas de trabalho que excluem da cota várias funções da aprendizagem. O
47 Ministério do Trabalho, através da inspeção do trabalho, está fazendo gestão junto ao
48 Ministério Público do Trabalho (MPT) para denunciar essas convenções e não levar
49 em consideração as cláusulas que excluem as funções de aprendizagem, fala a
50 auditora. Na conclusão de Simone, o representante do FORAP, Jailton Ranieri,
51 coloca que o fórum se organiza em reuniões ordinárias, uma vez por mês, e que as
52 reuniões acontecem geralmente no Ministério do Trabalho. Ele diz que para participar
53 é necessário assinar um Termo de Adesão. Jailton coloca ainda que está havendo
54 uma mobilização através de moções contra a reforma das CBOs. Ele diz que no dia
55 da 6ª Marcha Contra o Trabalho Infantil, o FORAP e o FEPETIPE vão trazer a pauta
56 da revisão das CBOs para discussão. Jailton acrescenta que faz parte da mobilização
57 da marcha a construção de artes para circulação nas redes sociais para que a
58 população tenha acesso ao que está acontecendo. Simone lembra que durante a
59 Feira de Aprendizagem foi discutido a inclusão alternativa de jovens na
60 aprendizagem. Ela explica que a proposta de inclusão alternativa consiste em
61 estimular empresas que não podem contratar diretamente os jovens, a exemplo das
62 empresas de vigilância, a fazer uma parceria com as instituições formadoras, órgãos
63 públicos, organizações da sociedade civil para receber os jovens que vão ser
64 empregados de uma empresa 'A', mas trabalhar numa empresa 'B'. Ela afirma que
65 uma das parcerias que estão sendo formatadas é junto à Orquestra Criança Cidadã. A
66 presidente coloca que a pauta é importante já que o conselho tem o papel de deliberar
67 sobre todas as políticas referentes a criança e ao adolescente. Ela diz que
68 historicamente tem quatro fóruns que atuam no Recife: Fórum DCA; FORAP;
69 FEPETIPE E o FOSCAR. Ela argumenta que o papel do COMDICA é fortalecer a
70 presença do conselho em todos os fóruns para que possa deliberar com propriedade.
71 A presidente diz que o COMDICA está recebendo uma demanda de instituições para
72 se inscrever no conselho e que é importante que o colegiado delibere sobre algo que
73 conhece. É importante entender como está acontecendo a política de aprendizagem
74 dentro das empresas, como o MPT vem atuando, como gestores públicos estão
75 enfrentando esse momento, diz a presidente. Ela registra ainda que é imprescindível a
76 presença dos conselhos nos fóruns. No COMDICA o acompanhamento está sendo
77 feito por duas técnicas, diz ela. A conselheira Vesta pergunta a idade de participação
78 dos jovens no programa de aprendizagem/ FORAP e sobre a divulgação realizada do
79 trabalho junto ao público atendido. Jailton explica que no regimento do FORAP não
80 tem idade mínima de participação, apenas entende que a idade adequada para fazer
81 uma discussão sobre o assunto é de 14 a 24 anos. A presidente complementa
82 afirmando que as organizações da sociedade civil recebem as famílias com crianças a
83 partir de 10 anos que desejam preparar os(as) filhos(as) para trabalhar. Ela
84 acrescenta que a necessidade fala primeiramente. A presidente coloca que a
85 participação tem sido trabalhada dentro das instituições, no horizonte de cinco anos,
86 para que a primeira experiência do jovem seja positiva e inclusiva. Simone Brasil
87 complementa dizendo que na Superintendência Regional do Trabalho tem um grupo
88 de fiscalização e combate ao trabalho infantil e muitos jovens que são identificados
89 em situação de trabalho infantil são reunidos, periodicamente, junto com as famílias,
90 para uma sensibilização sobre os danos do trabalho infantil e as possibilidades da
91 aprendizagem. Ela coloca que ainda existe uma resistência muito grande por parte



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

92 das famílias com relação ao trabalho infantil. A auditora revela que saiu do trabalho de
93 fiscalização já que não aguentava a resistência de quem estava tentando proteger.
94 Pais e filhos não compreendem como o imediatismo é danoso, diz Simone. Simone
95 diz ainda que a Superintendência Regional do Trabalho (SRT) criou uma certificação
96 chamada Empresa PRO (Empresa que Protege, Promove e Profissionaliza) para as
97 empresas que contratam jovens do banco de dados da SRT. As empresas formadoras
98 também recebem a certificação, diz a auditora. Ela afirma que é preciso olhar o
99 empresário com a máxima do "o que eu ganho com isso". Lígia (Rede Primeira
100 Infância) afirma que antes trabalhava com cerca de 600 jovens para o *Trade* Turístico
101 e que fazia formação e colocava no mercado de trabalho. No mercado de trabalho os
102 jovens formados não exerciam as funções aprendidas durante a formação e eram
103 colocados nas empresas só para cumprir as cotas. Lígia pergunta qual o instrumento
104 de monitoramento utilizado para que os jovens que saem da aprendizagem possam
105 exercer funções nas áreas escolhidas por eles. Simone diz que a aprendizagem é
106 responsabilidade da empresa e da instituição formadora. A instituição formadora
107 precisa fazer o acompanhamento e fiscalização, diz ela. Simone afirma que o jovem
108 precisa ir para a aprendizagem com o roteiro informativo e a empresa sabendo os
109 processos que o jovem deverá passar. A empresa precisa está orientada, diz ela. A
110 auditora afirma que desvio de função implica em autuação e exclusão da
111 aprendizagem ilegal. Ela lembra que a instituição formadora precisa está cadastrada
112 no Cadastro Nacional de Aprendizagem para que a aprendizagem seja legalizada.
113 Simone convida o colegiado para participar da próxima reunião do FORAP que
114 acontece no dia 05 de outubro do corrente, às 9h, na SRT. A presidente agradece o
115 FORAP pelas informações e coloca que é preciso melhorar as condições de trabalho
116 dos jovens aprendizes e registra a alegria do FORAP e FEPETIPE estarem de
117 "braços dados". A presidente pede desculpas por começar o pleno sem a
118 apresentação da equipe técnica e colegiado, em virtude da presença de uma nova
119 representação. Seguindo a pauta, a presidente solicita a apresentação do
120 planejamento do Plano Municipal da Primeira Infância. Ela coloca que o plano tem um
121 prazo para ser iniciado. A sugestão inicial foi trazer para o pleno para a ciência do
122 colegiado e, logo em seguida, trabalhar uma agenda de encontros para fortalecer o
123 trabalho junto as políticas setoriais, coloca a presidente. Ela esclarece que Lígia é a
124 pessoa que vai orientar o colegiado no processo de construção do plano por integrar a
125 Rede Nacional da Primeira Infância. A presidente lembra que a gestão municipal está
126 com o projeto Geração Afeto e que é necessário trazer o referido projeto para perto do
127 conselho. O Geração Afeto é coordenado pelo conselheiro Alexandre Nápoles que
128 ainda não chegou à reunião, diz ela. A presidente comunica que Lígia trouxe o Guia
129 para Elaboração do Plano Municipal da Primeira Infância. Após os esclarecimentos da
130 presidente, Lígia começa a sua fala informando que a primeira infância toma assento
131 no Sistema de Garantia de Direitos que por muito tempo foi coisa rara. Ela diz que
132 anteriormente as pautas da primeira infância eram raras nos conselhos e as
133 demandas não entravam no dia-a-dia do sistema. Ela diz ainda que só a partir de uma
134 luta grande foi constituída a Rede Nacional da Primeira Infância, em 2007, e assim o
135 fazer pela primeira infância foi institucionalizando. Lígia coloca que só depois de muita
136 luta veio o Marco Legal pela Primeira Infância que alterou o Estatuto da Criança e do
137 Adolescente. Assim foi constituído um grupo de trabalho chamado de Homens pela



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

138 Primeira Infância e ainda instituída a licença maternidade, diz Lígia. A representante
139 diz também que tem atuado bastante nos municípios de Pernambuco devido a
140 parceria com o Unicef que instituiu o Selo Primeira Infância. Segundo Lívia, uma das
141 condicionalidades para que um município receba o selo é construir o Plano Municipal
142 da Primeira Infância. Segundo dados referentes a 2013/2016, dos 122 municípios
143 habilitados, apenas 74 receberam o selo, afirma ela. Dito isso, a representante explica
144 que a rede nacional está com o desafio de monitorar, avaliar e acompanhar os planos
145 municipais. Lígia comunica que das capitais do Nordeste, apenas Fortaleza/CE tem o
146 plano. Lígia lembra ainda que é preciso reportar para a rede nacional que Recife/PE é
147 a segunda capital do NE a iniciar o debate em torno do assunto. Para isso, a
148 construção é dada através de nove etapas que podem ser feita concomitantemente,
149 diz a representante. O Plano Nacional da Primeira Infância é uma lei setorial do
150 CONANDA, coloca Lígia. Ela diz que para cumprir a lei existem trâmites legais, entre
151 elas, compor uma Comissão da Primeira Infância; organizar Grupos de Trabalhos e
152 Comissões Intersetoriais e, por fim, organizar Cirandas Infantis. As cirandas contam
153 com a participação das crianças, diz Lígia. A representante lembra que um dos
154 movimentos importantes para construir o plano municipal é a formatação de um
155 decreto municipal por parte do Poder Executivo. Ela diz que a participação precisa
156 ser diversa entre o conselhos dos direitos e tutelares, fóruns temáticos, poder público,
157 secretarias, familiares, assistência social, adolescentes, jovens e serviço de
158 convivência. Lígia acrescenta ainda a participação da Educação, da Saúde e da
159 Assistência Social. Ela coloca que não é trazer só o teórico, mas, sim, pessoa
160 representante que vivência na população as intercorrências e as demandas da
161 primeira infância. Lígia afirma que vai ficar movimentado no COMDICA, mas é preciso
162 que todos coloquem a participação. É preciso envolver os conselhos da juventude e a
163 Coordenadoria da Mulher, diz ela. A representante pede atenção a Educação já que
164 tem uma implicação mais forte já que é na Educação que estão as crianças pequenas
165 e há um espaço privilegiado de cuidado. Ela diz que é a Educação que tem o papel de
166 convocar diretores(as) para promover a escuta das crianças. A Cultura, o Esporte, o
167 Lazer e o Turismo devem consultar os seus planos de ação que servem para a
168 elaboração de diagnósticos, completa Lígia. O espaço da Saúde é o diferencial do
169 plano por conta de tão higienista que a população já foi com relação a primeira
170 infância, diz Lígia. Ela diz saber o quanto é importante numa creche colocar um
171 neném para descansar num espaço especial quando a criança está com dor. A
172 representante afirma que ainda é preciso no âmbito da Saúde dizer o que está
173 acontecendo em todos os programas como PSF, Criança Feliz, Cegonha, entre
174 outros. O plano nacional tem treze ações finalísticas e dentro delas são muitos os
175 aspectos a serem considerados, diz Lígia. Ela fala ainda que existem
176 encaminhamentos que envolvem também a Câmara Municipal como o Termo de
177 Nomeação da Comissão e apresentação do PMPI na Câmara. A representante diz
178 ainda que há encaminhamentos junto à Comunicação. Ela diz que é necessário
179 publicizar as ações de construção do plano e procurar pautas na imprensa. É preciso
180 ter cuidado na disposição das logomarcas e ter um olhar profissional em todo o
181 material gráfico, afirma ela. Finalizando a fala, a representante da Rede Primeira
182 Infância coloca que as informações para a construção do PMPI são as que foram
183 compartilhadas e que o COMDICA pode colocar mais dados quanto necessário com o



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

184 intuito de contemplar o município. A presidente afirma da importância dos(as)
185 conselheiros(as) que representam cada secretaria puxarem nesses espaços o tema.
186 Ela coloca que infelizmente no dia de hoje há ausência de todas as secretarias e que
187 apenas a representação governamental da Procuradoria Geral está presente. A
188 presidente afirma ainda que vai encaminhar o apresentado durante a plenária para
189 que haja mobilização em cada secretaria. A presidente fala ainda que gostaria de
190 registrar que o processo no Recife se deu de uma forma muito diferente da orientação
191 nacional e que já houve a audiência pública com deliberações sobre o processo. Ela
192 diz que é importante dar continuidade as experiências que já foram construídas. O
193 processo de construção do Recife está bastante avançado embora não ter sido dado
194 ciência ao COMDICA, informa a presidente. É preciso juntar o que já foi construído e
195 somar, disse ela. A presidente diz que a comissão deverá avaliar o que foi construído
196 para depois trabalhar o documento, utilizando os formulários orientadores. Ela diz
197 ainda que existe uma moção de repúdio por conta da ausência de informações e
198 completa que espera que até dezembro tenha a construção do plano para as
199 deliberações necessárias. A comissão deverá marcar uma reunião para discutir o
200 assunto na próxima semana, coloca ela. A presidente segue a pauta com discussão
201 sobre as diárias para os(as) conselheiros(as). A presidente coloca que de 14 a 18 de
202 novembro do corrente acontece, em São Paulo, o Encontro Brasileiro de Psicologia,
203 Ciência e Profissão. O encontro acontece a cada quatro anos, sistematicamente, e a
204 pauta que será discutida é Política Pública, diz a presidente. Ela comunica ainda que
205 foi encaminhado uma proposta de roda de diálogo para falar um pouco da experiência
206 do que é a psicologia na luta por direitos para apresentação do CRP enquanto
207 conselho que atua na equipe de referência das políticas e dos conselhos. A
208 presidente comunica que a proposta foi aprovada e, diante disso, foram solicitadas as
209 passagens, ficando apenas pendente a estadia já que o CRP não disponibiliza. Para
210 isso, ela solicita que a plenária delibere sobre a estadia do período. Ela diz que vai
211 participar neste encontro para apresentar o que vem sendo construído e o processo
212 de monitoramento das instituições. A presidente diz que há uma percepção de
213 fragilidade das equipes técnicas que é a referência do trabalho. Todo o trabalho que
214 vem sendo realizado nas instituições é para fortalecer a incidência técnica e política
215 do(a) assistente social, do(a) pedagogo(a) e do(a) psicólogo(a) a frente do
216 encaminhamento do processo de direitos violados, diz ela. A maioria das instituições
217 não tem equipe de referência, registra a presidente. A presidente afirma ainda que o
218 CRP vem trabalhando, diante de todas as mudanças no mundo do trabalho, e
219 registrando o direcionamento da formação à distância. Ela diz que a luta é incidir na
220 forma como vem desenvolvendo a formação para os(as) psicólogos(as) e direcionar
221 para a base da formação acadêmica contemplar os direitos humanos. Incidir
222 politicamente é influir nas políticas que estão sendo decididas para as populações
223 mais vulneráveis, afirma a presidente. Recife é uma experiência exitosa já que pela
224 primeira vez quatro conselhos de classes compõem o COMDICA, lembra ela. A
225 presidente informa que no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) as
226 representações de classe já é uma realidade e que o COMDICA tem muito a aprender
227 com a experiência do CMAS. Ela coloca que a condição de incidir politicamente seja
228 fortalecida. Para tanto, solicita a aprovação da plenária para as despesas de estadia
229 em São Paulo, de 14 a 18 de novembro do corrente. Dito isso, a presidente continua a



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

230 explanação informando que após aprovação do Plano Municipal Socioeducativo do
231 Recife foi constituída uma Comissão de Monitoramento da Aplicação do Plano
232 Socioeducativo no qual o COMDICA faz parte. A comissão foi apresentada durante o
233 seminário de apresentação do plano, diz ela. No entanto, a presidente comunica que
234 o COMDICA recebeu da Média Complexidade um documento para participação dos
235 membros da comissão numa capacitação em São Paulo, nos dias 20 e 21 de
236 novembro do corrente. **Em regime de votação, a presidente apresenta a proposta**
237 **de pagamento das despesas de estadia, de 14 a 21 de novembro do corrente,**
238 **em São Paulo, para os seguintes eventos: Encontro Brasileiro de Psicologia,**
239 **Ciência e Profissão (14 a 18 de novembro) e Capacitação da Comissão de**
240 **Monitoramento da Aplicação do Plano Municipal Socioeducativo (20 e 21 de**
241 **novembro). Aprovado pelo colegiado.** A presidente registra esperar que, no
242 próximo ano, os seis planos municipais sejam devidamente monitorados pelo
243 COMDICA e que possam compor o plano decenal. Seguindo a pauta, a presidente
244 chama o colegiado a deliberar sobre a convocatória da Conferência Municipal dos
245 Direitos da Criança e do Adolescente do Recife que acontecerá dentro de trinta dias.
246 Ela explica que já há um processo em construção e espera que no próximo pleno
247 possa deliberar sobre o Regimento Interno da Conferência Municipal da Criança e do
248 Adolescente. A técnica Aurely esclarece que o regimento interno será apresentado em
249 pleno e aprovado durante a conferência. Lígia (Rede Primeira Infância) diz que os
250 municípios estão fazendo um eixo de discussão inovador da primeira infância na
251 conferência, entendendo que para a Conferência Nacional o grupo de discussão é um
252 espaço de contribuição para o controle social. Em Pernambuco, o que tem de novo
253 nas conferências é a primeira infância, diz Lígia. Ela chama a atenção ainda com
254 relação a presença dos homens discutindo as questões do Sistema de Garantia de
255 Direitos nas conferências. Logo em seguida, a técnica Roberta faz a leitura da
256 convocatória (em anexo) para aprovação do colegiado. A presidente solicita incluir
257 como convidados a Rede da Primeira Infância (nacional e estadual) com uma
258 representação para cada. A presidente coloca que Lígia (Rede Primeira Infância)
259 sugere a inclusão de mais um eixo específico: Primeira Infância - Eixo 6. A
260 conselheira Rafaela sugere acrescentar no eixo orientador 2 (Prevenção e
261 Enfrentamento da Violência) as *Instituições de Acolhimento* para poder debater no
262 grupo as questões de violência sofridas por crianças e adolescentes nestes espaços.
263 **Em regime de votação, a presidente pergunta ao colegiado sobre a aprovação**
264 **da convocatório da X Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do**
265 **Adolescente do Recife. Colegiado aprova por unanimidade.** Informes Gerais - A
266 presidente informa que houve uma reunião com o Controlador Geral do Município,
267 Rafael Figueiredo, para fomentar a Campanha de Captação de Recursos para o
268 FMCA. Ela comunica que o controlador convocou o COMDICA para unificar a luta.
269 Para isso, diz a presidente, está sendo contratado um grupo específico para captação.
270 Outras captações também serão realizadas, a exemplo da Cultura, diz ela. A
271 presidente lembra que o edital do COMDICA já está pronto. A presidente comunica
272 também que recebeu um convite do Tribunal de Justiça para a assinatura do Termo
273 de Cooperação Técnica de Ações Preventivas na Educação e do Projeto Sei Quem
274 Sou, dia 20 de setembro, no Gabinete do Palácio da Justiça. Ela finaliza a sua fala
275 informando que estará, hoje, na Universidade Federal de Pernambuco para falar



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

276 sobre a ação do COMDICA. A técnica Roberta lembra do encontro mensal do
277 FOSCAR que será realizado no próximo dia 27, às 9h, no COMPAZ Ariano Suassuna.
278 Finalizada a discussão e não havendo nada mais a tratar, a presidente encerra o
279 pleno às 12h.

280

281 Recife, 18 de setembro de 2018

282

283

284

285 ***Maria do Livramento de Aguiar***

286 Presidente

287

288

289

290 ***Vesta Pires Magalhães Filha***

291 *(Conselheira/Procuradoria Geral do Município)*

292

293

294

295 ***Luciana Martins***

296 *(Conselheira/AACD)*

297

298

299

300 ***Ana Maria Vasconcelos***

301 *(Conselheira/AACD)*

302

303

304

305 ***Ana Paula Lins e Silva***

306 *(Conselheira/ESPRO);*

307

308

309

310 ***Daiane Cristina Cardoso da Silva***

311 *(Conselheira / RENAPSE)*

312

313

314

315 ***Rafaela Ribeiro Saraiva da Costa***

316 *(Conselheira/CRESS)*

317